Agassiz inicia inquérito que pode culpá-lo

Pressionado pela bancada do PMDB paraibano o deputado Agassiz de Almeida entregou ontem ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, um requerimento de abertura de inquérito para indicação do responsável pela falsificação da assinatura do presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB) num ofício de indicação de nomes para preenchimento de cargos no Inamps da Paraíba. Visivelmente constrangido, Agassiz não quis entrar em detalhes a respeito do requerimento, afirmando apenas que "o caso já estava rendendo muito e atingindo a própria Constituinte".

O deputado paraibano entregou o requerimento a Ulysses às 17 h de ontem, exatamente o horário-limite fixado pela bancada do PMDB paraibano para que ele tomasse uma atitude. Se Agassiz não tivesse entregue o pedido a Ulysses, a bancada o faria, e já tinha um documento pronto, com assinaturas de todos os seus membros. Desde terça-feira (04), o deputado Agassiz estava avisado pela bancada desta decisão, mas alegou "motivos de ordem familiar" para protelar qualquer decisão. Os motivos, no caso, eram as pressões de sua esposa, que não queria ver o marido envolvido numa investigação de falsificação de assinatura.

UM PAI

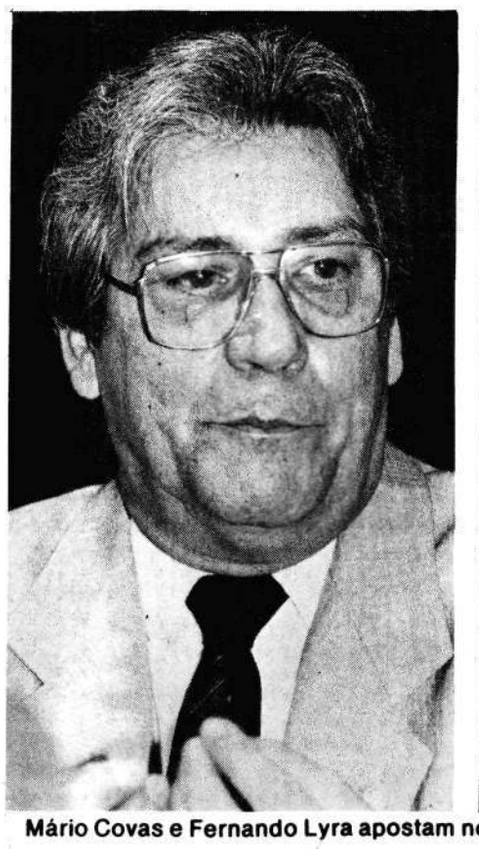
Dividido entre a pressão da esposa e a da bancada, Agassiz ficou até ontem em dúvida sobre que atitude tomar. O desempate veio depois de uma conversa com o presidente do Senado —e vítima da falsificação — Humberto Lucena, que garantiu solidariedade ao deputado se ele encarasse todas as conseqüências do espisódio, submetendo-se à investigação pela Constituinte. Sobre esta conversa, diz um dos constituintes paraibanos: "O senador Lucena agiu como um pai que, mesmo consciente da culpa de um filho num crime, o aconselha a ir à polícia e submeter-se à justiça".

A revogação dos atos de nomeação feitos a partir da indicação falsificada deverá contribuir para a pacificação interna da bancada, que recomeçará a negociação para nova indicação para a superintendencia do Inamps da Paraíba. Um dos nomes cogitados para assumir o lugar que a Dra. Julieta de Arruda Valadares não chegou a esquentar é o de um ex-superintendente, Tercílio Cruz, demitido em 1982 depois que aderiu à oposição e posteriormente, à Aliança Democrática.

O requerimento de abertura de inquérito deverá ser encaminhado ao deputado Jorge Arbage (PDS-PA), 2º Vice-Presidente da Constituinte, que deverá coordenar os trabalhos de investigação do episódio. Até a finalização do inquérito, o deputado Agassiz Almeida terá que suportar um grande mal-estar que se instalou em sua casa e na própria constituinte.

Arraes fica longe do comício

E ainda manda seu vice trazer agradecimentos ao Presidente



Mário Covas e Fernando Lyra apostam no sucesso da campanha pelas diretas

O governador Miguel Arraes retirou-se hoje para o Rio de Janeiro para fazer conferência na Escola Superior de Guerra, evitando assim participar do comício pelas eleições diretas que se realiza hoje em Caruaru, informou ontem o vice-governador Carlos Wilson, que também foi enviado por Arraes para apresentar os agradecimentos de seu governo ao próprio Sarney. Segundo Wilson, isso demonstra que as relações entre o governador de Pernambuco e o presidente Sarney estão em clima de total tranqüilidade.

Revelou ainda o vice-governador que Sarney determinou ao ministro dos Transportes que reparasse a mais importante saída de Recife por rodovia, a chamada Saída Sul, em direção a Cidade do Cabo, onde recente desastre matou trinta pessoas. Arraes telefonou ao Presidente da República para agradecer tais providências.

Disse ainda que o governador acredita que o Plano do ministro Bresser Pereira começou a mostrar que tem chances de sucesso, "principalmente se o Governo promover algumas correções salariais antes do descongelamento".

CAMPANHA INOPORTUNA

Miguel Arraes acha inoportuna a campanha pelas diretas em 88 para escolha do futuro presidente da República. De sua parte, o vice-governador Carlos Wilson afirma que, se o programa econômico produzir os efeitos esperados, "Sarney não terá nenhum problema em ficar os cinco anos de mandato".

Ficou respondendo pelo Governo de Pernambuco o presidente da Assembléia Legislativa, enquanto os dois principais mandatários passam o dia fora do Estado para não ter que conviver com personalidades como Leonel Brizola, Lula, Mário Covas, Fernando Collor e outros convidados do deputado Fernando Lyra, que hoje comanda o comício de Caruaru. Enquanto Arraes fala na ESG, no Rio, Carlos Wilson apresenta os agradecimentos de Arraes a Sarney em audiência que tem, às 15h30m, de hoje, no Palácio.

Fracasso não desanima Covas

O fracasso da manifestação pró-diretas realizada na última quarta-feira em Brasília — os repórteres contaram apenas 60 pessoas presentes — não desanimou o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte e autor da emenda popular que convoca eleições presidenciais para novembro de 88.

Certo de que a maioria da população deseja que o mandato do presidente Sarney acabe junto com a transição democrática, o senador paulista embarca hoje cedo para o município pernambucano de Caruaru, onde participará do comício pró-diretas organizado pelo deputado Fernando Lyra (PMDB-PE).

É ali, nas ruas, que o líder peemedebista espera encontrar o respaldo necessário à apresentação da emenda popular convocando as diretas-88. Ele acha que, talvez por ter sido realizado em recinto fechado — a sede local da OAB —, o ato público de Brasília não tenha atraído muita gente.

A propósito, Covas lembrou que só no viaduto do Chá, em São Paulo, conseguiu recolher em poucas horas quase duas mil assinaturas em apoio à emenda. "E isto sem falar nas pessoas que apoiavam mas não puderam assinar por estarem sem o título eleitoral no bolso".

Até o próximo dia 13, quando encerra-se o prazo para proposição das emendas populares, o líder espera ter reunido as 30 mil assinaturas exigidas para a formalização da proposta.

Collor confirma presença

Do Correspondente

Maceió — Fernando Collor deverá ser o único governador a participar do comício pró-diretas em 88 que se realiza hoje à noite na cidade pernambucana de Caruaru. Ele vai defender a convocação de eleições para presidente da república no prazo máximo de 120 dias após a promulgação da futura Constituição brasileira. Sua posição é mais avançada que a do PT, que defende diretas 180 dias depois disso.

A chegada de Collor a Caruaru está prevista para a tarde de hoje, no aeroporto local. Ele explicou seu engajamento nesse movimento, desde o começo, mencionando "o desejo manifesto da maioria esmagadora do povo brasileiro, que deseja restaurar a esperança num Brasil socialmente mais justo, finalmente escolhendo seu presidente pelo voto direto".

O governador alagoano está entre aqueles que defendem o sistema presidencialista de governo, muito embora concorde que em tese, não há regime melhor do que o parlamentarismo, que, no entanto, deve ser precedido pelo fortalecimento das instituições democráticas.

Collor explicou porque quer o presidencialismo, por enquanto, no Brasil:

— O povo brasileiro deverá eleger o próximo Presidente da República atribuindo-lhe uma votação histórica — algo entre 40 e 50 milhões de votos, por causa do segundo turno de votação. Como se não bastassem argumentos relativos à inoportunidade do parlamentarismo, hoje, no Brasil, há esse fato relevante: a eleição para presidente fará o País optar por um nome, uma liderança, para conduzir as mudanças que os brasileiros esperam e exigem. Não seria justo desapontar todos esses brasileiros, fazendo com que o governo seja chefiado por um parlamentar que, por maior e mais eloqüente que seja sua liderança política, terá chegado ao Congresso Nacional no máximo com algumas centenas de milhares de votos.

REPRESÁLIA

Fernando Collor esclareceu também sua posição com relação ao presidente José Sarney. Ele acha que a sua defesa de um mandato de quatro anos para o atual e os próximos presidentes, de caráter eminentemente político, "não será recebida pelo Presidente como uma atitude de ordem pessoal", considerando, segundo ele, ser José Sarney "um democrata provado em várias outras oportunidades de sua vida publica".

A Constituição e as bases do poder

JOSAPHAT MARINHO *

As constituições modernas estão abrangendo sempre novos fatos e institutos. Ampliam gradualmente seu conteúdo. Não diminuem, porém, o relevo dos mecanismos do poder. Ao contrário, o alargamento da competência normativa do Estado fortalece o poder político. Se as regras constitucionais multiplicadas disciplinam com vigor crescente os órgãos de Governo e de administração, também o aumento da função de controle sobre as atividades humanas em geral amplia a influência delas no conjunto da vida. O papel intervencionista acarreta ao Estado até a condição de empresário. O Poder Executivo, principalmente, impulsionando a administração e promovendo a execução regular das leis, dilata, de continuo, seu domínio. Por isso mesmo, se a discussão a propósito da natureza do regime político e das atribuições dos poderes é uma constante, toma corpo nos períodos de crise ou de reforma institucional.

E o que se apura nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Apesar da intensidade do colorido ideológico no terreno social e econômico, é manifesto o interesse em torno do caráter e do delineamento das instituições políticas. A respeito da forma de Estado, como predomina a opção pelo regime federativo, concentra-se o interesse no fortalecimento político e financeiro dos estados e dos municípios.

E justa a tendência declarada, visto que prevaleceu excessiva orientação centralizadora, a partir de 1964. No título da organização do Estado, sobretudo entre os artigos 49 a 76, e no da tributação e do orçamento, compreendendo os artigos 257 e 299, o projeto distribui as normas fundamentais destinadas a regular o equilíbrio político, administrativo e financeiro na Federação. Salvo equívoco, porém, o projeto suprimiu o parágrafo 2º do artigo 51 do anteprojeto, que reservava aos estados as competências que não lhes houvessem sido vedadas.

Omisso o projeto, ao que parece, sobre os poderes residuais ou remanescentes, que são os não enumerados na pauta da competência das entidades da Federação, cabe sanar a lacuna. A tradição do direito brasileiro, desde a Constituição de 1891 (art. 65,§2º), é reservá-los aos estados-membros.

Seguimos a orientação do regime americano, de acordo com o estipulado na 10ª Emenda à Constituição de 1787. A Certa brasileira de 1967, apesar de sua tendência centralizadora, conservou o princípio. Nela está inscrito, no parágrafo 1º do artigo 13º: "Aos estados são conferidos todos os poderes que, explícita ou implícitamente, não lhes sejam vedados por esta Constituição". Na revisão do projeto, porém, cabe ver se é conveniente manter esse critério, ou variar de diretriz, tendo em vista as mudanças no funcionamento da Federação. O aumento indiscutível dos poderes da União, sobretudo, aconselha o reexame do problema. Para conciliar o texto constitucional com a realidade, talvez fosse próprio conferir os poderes residuais, concorrentemente, à União e aos estados. Verificada a competência daquela, que é a preponderante, cessará a das unidades.

No plano político, porém, é a forma de Governo que divide mais a Constituinte. O projeto estabelece um tipo singular de parlamentarismo. 0 presidente da República "é o chefe de Estado e o comandante supremo das Forças Armadas, garantindo a unidade, a independência e o livre exercício das instituições nacionais" (art. 151). Ao primeiro-ministro, entre múltiplas atribuições, compete "exercer a direção superior da administração federal" (art. 179,1). Tem, assim, a aparência de chefe de Governo. Mas o artigo 164 declara que "o Governo é constituído pelo primeiro-ministro e pelos integrantes do Conselho de Ministros". E o artigo 181 prescreve que "o sidente da República Pre- o Conselho de Ministros, quando presente às suas reuniões". Há muito, pois, que esclarecer, em matéria de competência, nesse esboço de parlamentarismo.

Essencial será indagar se qualquer tipo de parlamentarismo funcionará regularmente, sem quadros partidários definidos. Os partidos políticos em atividade, de modo geral, estão destituídos de estrutura, de unidade de força programática que assegurem a formação de governos colegiados estáveis. E a situação de crise política e econômico-financeira do País não autoriza experiências dessa natureza.

Essa e outras questões merecerão desdobramento, como também a prevista criação de Estados.

*Jurista e ex-senador pela Bahia

Guerra: atual projeto torna o País inviável

O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cordeiro Guerra, disse que "é preciso ter uma atitude crítica ao projeto em curso na Assembléia Constituinte, pois, uma vez aprovado, inviabilizará o futuro do País". Cópias de sua conferência feita na Associação Comercial do Rio, por ocasião de um almoço promovido pelo Rotary Clube reunindo empresários e magistrados, estão sendo disputadas entre juristas e constituintes.

Ao cobrar uma posição crítica, Cordeiro Guerra criticou os diversos aspectos do anteprojeto de Constituição, incluindo as restrições à propriedade, à livre iniciativa, o tratamento dado à justiça no mecanismo indicado para o STF, a insistência da idéia do parlamentarismo e ainda a situação dos partidos políticos.

Em tom de alerta é que o ex-presidente do STF, que já tem uma experiência de crise incorporada à histórí da "República do Galeão", nos dias que antecederam o dramático fim de Vargas, observa: "O jogo político tem de ser feito dentro do regime, e não contra o regime". Não esconde o seu temor com os que estão desejando uma Constituição com "as técnicas de mobilização de massas", o que ele, "vitoriosa a minoria" que sabe melhor explorar essas técnicas, corremos o risco de ter no Brasil, cedo ou tarde, o partido único, com a abolição das liberdades fundamentais".

Para Cordeiro Guerra, os acontecimentos evidenciam a necessidade de uma opção entre os que adotam técnicas em favor do totalitarismo e a democracia. E enfatiza: "não é com limitações ao direito de propriedade e restrições à livre iniciativa que o País sairá das dificuldades em que se encontra". Lembra que mesmo "os líderes mais conspícuos do socialismo radical" já estão chegandc a asa conclusão. A tentativa de impor tais restrições no futuro texto constitucional não leva em conta os resultados eleitorais da Europa, que "revelam a decadência do coletivismo nos países civilizados".

"Quando a palavra democracia não diz a mesma coisa para todos, não é possível atingi-la". Advertências como esta estão na palestra de Guerra, que não poupa críticas aos que sonham com um sistema parlamentarista de governo "sem partidos políticos consistentes". Para ele esse parlamentarismo "apenas exercerá as ambições políticas individuais, com a excitação das massas por ele reduzidas à pobreza e à incapacidade de ver o seu verdadeiro interesse".

Também condenou a tentativa de alguns const sobre a tradição republicana e conseqüentemer ' constitucional do Supremo Tribunal Federal, estão pretendendo alterações "mais autoritárias do que as da Junta Militar" que aumentou a composição da Suprema Corte de Justiça do País.

Macarini defende o cooperativismo

O deputado Paulo Macarini fez da tribuna da Assembléia Constituinte um pronunciamento defendendo a inserção na nova Constituição de dispositivos que visem fomentar e apoiar as atividades das cooperativas e do ensino cooperativista.

Segundo Macarini, duas razões o levaram a fazer o pronunciamento: a constatação de que o sistema cooperativista é o melhor caminho na defesa dos direitos e dos interesses dos agricultores, e que o desenvolvimento agroindustrial, a cargo das cooperativas, terá o condão de promover o aumento do poder aquisitivo dos associados, de constituir empresas nacionais através dos próprios produtores, de circular riqueza, de arrecadar tributos e de ajudar o País a encontrar o seu destino.

O deputado catarinense lembrou que, paralelamente a estas medidas constitucionais, faz-se necessário cada vez mais preservar e engrandeçer o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), "ampla e definitivamente recuperado pela gestão do atual presidente Dejandir Dalpasquale".

O BNCC, na opinião do vice-líder do PMDB na Constituinte, deveria ser contemplado com uma série de medidas, entre as quais se destacam: transformar cada cooperativa, em todo o território nacional, em caixa avançado do BNCC, assegurar e garantir ao banco o direito de captar em todo o País a caderneta de poupança conhecida como "poupança verde" ou "ouro", cujos recursos serão destinados a financiamentos de custeios e de investimentos; assegurar e garantir ao BNCC o direito de arrecadar tributos federais e previdenciários, assim como realizar pagamentos por conta do Tesouro Nacional e do Ministério da Previdência e Assistência Social, de operações de câmbio e outras similares.

Senai entrega emenda contra a estatização

O Departamento Regional do Senai de São Paulo entregará hoje à Constituinte uma proposta de emenda popular contra a estatização das entidades de formação profissional administradas pela indústria (Senai) e comércio (Senac). A emenda conta com o apoio de 214 mil assinaturas colhidas numa campanha de apenas 10 dias, desencadeada em todo o Estado de São Paulo, através das escolas e dos centros de treinamento do Senai na capital e no interior.

"Participaram técnicos, professores e funcionários administrativos do Senai paulista, mas o grande apoio veio mesmo dos alunos e seus familiares, os quais, atendendo a um chamado das escolas, engajaram-se totalmente na campanha. Além disso, o empresariado também colaborou, fazendo com que as listas percorressem suas empresas", disse Walkiria Malatian, representante do Senai-SP, encarregada de levar a Brasilia os 88 volumes encadernados contendo as assinaturas.

Lyra denuncia "manobras"

Recife — A entrevista coletiva do presidente José Sarney, convocada para hoje, na interpretação do ex-ministro da Justiça e deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), é uma tentativa de anular o efeito político do comício que se realizará à noite em Caruaru, pelas eleições presidenciais diretas. Lyra, que é o organizador do comício, vai mais além, garantindo que o próprio anúncio, quarta-feira, de um abono salarial para os trabalhadores "já é uma conquista do comício de amanhã (hoje)".

O parlamentar pernambucano chama a atenção para a formação nesta sexta-feira em Caruaru de um palanque como há muito tempo não se via, qualificando a concentração na grande cidade do agreste pernambucano como o acontecimento político mais importante no País depois da convenção do PMDB, "que frustrou os que imaginaram que o partido iria decidir alguma coisa".

Embora não vá contar com a presença do governador Miguel Arraes, o comício de Caruaru terá no seu palanque, além de Covas, Brizola, Lula, Affonso Camargo, Fernando Gabeira, Lucélia Santos, também o prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos e o governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, e ainda mais de 15 deputados federais de vários estados, integrantes do PMDB, PDT, PSB, PCB, PC do B, e até do PDS (Vilma Maia-RN).

Lyra disse estar na expectativa de que o comício repita o que ali se realizou em fevereiro de 1984, quando ele lançou o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, presente no palanque, candidato à Presidência da República.

Brizola convocará Arraes

Recife — O ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, que chegou ontem ao Recife a fim de tomar parte no comício pelas eleições presidenciais diretas, hoje em Caruaru, colocou como outro objetivo seu em Pernambuco o de procurar sensibilizar o governador Miguel Arraes a se integrar à campanha das diretas já.

Recebido festivamente no aeroporto com charangas, fogos e faixas, por lideranças de seu partido no Estado e em todo o Nordeste, Brizola concedeu entrevista logo após desembarcar, cumprindo depois um programa que incluiu visita à Assembléia Legislativa e jantar à noite com o governador Miguel Arraes. Hoje Brizola recebe lideranças sindicais e trabalhadores, visita o prefeito Jarbas Vasconcelos e viaja para Caruaru.

Na entrevista do aeroporto, o presidente nacional do PDT repetiu suas costumeiras críticas ao presidente José Sarney, cujo governo, para Brizola "nada mais tem a ver hoje com aquelas esperanças da campanha das diretas".

O presidente Sarney é um continuista, apegado ao cargo e considero uma questão nacional substituí-lo num prazo mais curto possível por um presidente eleito pelo povo. Vamos dar um grito em Caruaru, reclamando eleições diretas, e dizendo ao senhor Sarney e a todos aqueles que ficam em cima do muro que dêem espaço, porque não são mais a esperança do nosso povo, disse o ex-governador carioca.

El Passo
Sapato Jacometti
De 2.700,00
Por 1.990,00

Rosan Jóias
Relógio Quartz Dumont
De 4.900,00
Por 3.400,00

C & A
Camisa Gola Polo
De 400,00
Por 200,00

Oxigenação
Casaco com capuz manga curta
De 1.250,00
Por 870,00

Taty Joalheiros
Relógio Orient Masc.
De 6.084,00
Por 4.500,00

Brummel e Amapola
Calça Social Renner
De 1.820,00
Por 1.422,00

Jeans Oeste
Camisa Manga Popeline
De 560,00
Por 395,00

King George
Camisa de Seda
De 2.800,00
Por 1.590,00

Liga
Jaqueta Acolchoada
De 2.490,00
Por 1.494,00

O Boticário
Deo - Colônia Samurai
De 371,00
Por 300,00

Rebu
Calça Jeans
De 790,00
Por 390,00

Company
Camisa Polo
De 805,00
Por 580,00

Calçados Spinelli
Sapato
De 1.950,00
Por 1.500,00

Água de Cheiro
Pós Barba nº 10
De 310,00
Por 260,00

Jumbo
Meia Lazer
Lisa/Atoalhada - embalagem: 3 pares
De 290,00
Por 240,00

Paranoá
Jaqueta Valentino
De 2.920,00
Por 2.333,00

Eko
Micro-System-CCE MS 10
De 8.400,00
Por 6.900,00

Clark
Capanga
De 1.450,00
Por 1.250,00

Casa José Silva
Calça Social
De 1.300,00
Por 910,00

Giselle
Sapato Mocassim Terra
De 2.548,00
Por 1.988,00

Ked'Sport
Camisa Polo
De 430,00
Por 344,00

Bel Passo
Mocassim Terra
De 1.948,70
Por 1.499,00

Galerie Castro
Chaveiro Valentino
De 400,00
Por 300,00

Passarela
Sapatilha Bat
De 875,00
Por 695,00

Bub
Camisa Jeans
De 1.470,00
Por 600,00

Opção A
Casaco de Moleton
De 1.280,00
Por 850,00

Pier
Calça Color
De 965,00
Por 483,00

Ellus
Camisa de Popeline
De 980,00
Por 780,00

Di dan
Camisa Seda Pura
De 3.790,00
Por 2.650,00

Multipla
Cadeira de Balanço (Gerdan)
De 15.500,00
Por 10.850,00

Belluno
Calças Tecido
De 1.875,00
Por 1.498,00

Palácio dos Esportes
Tênis Adidas Lona
De 780,00
Por 498,00

Benetton
Camisa Polo
De 720,00
Por 590,00

Energia
Bermuda Lisa
De 660,00
Por 530,00

Silvanise
Wild Musk Spray 90 gs.
Desodorante
De 92,00
Por 80,00

Ultimatum
Casaco Moleton
De 1.625,00
Por 813,00

Condotti Jóias
Óculos Dipaolo
De 2.093,00
Por 1.465,00

Casas Pernambucanas
Camiseta "Open Sea"
De 269,00
Por 229,00

Moda Calçados
Pasta Executiva em Couro
De 5.190,00
Por 2.490,00

CONJUNTO NACIONAL
O SHOPPING PERTO DE VOCÊ
ABERTO ATÉ 22 HORAS.
PRESENTES PRO SEU PAI, PAIZINHO, PAIZÃO, PAI PAI, PAPI, PAPIS, PAIÊ, VELHO, COROA, ...
Cia Publicitária